



www.bancariosdf.com.br

Espelho DF

Brasília, 26 abril de 2013



CONTRA ATAQUES AOS SEUS DIREITOS, FAÇA GREVE!



Indicativo de greve de 24 horas na terça-feira (30). É essa a resposta dos bancários do Banco do Brasil às práticas antissindiais e antidemocráticas da direção da instituição financeira, que vem promovendo uma série de ataques ao funcionalismo, como os descomissionamentos arbitrários, as demissões sem justa causa, as metas abusivas, a falta de funcionários e o novo plano de funções, implantado de forma unilateral pelo banco. A decisão foi aprovada por unanimidade em assembleia realizada na noite de quinta (25), no Setor Bancário Sul (SBS).

Nesta segunda-feira (29), haverá nova assembleia, às 19h, também no SBS, para ratificar a decisão e preparar a greve de 24 horas da terça.

Mobilização nacional

A greve no dia 30 é nacional e faz parte do calendário de lutas definido pelo Comando Nacional.

Direção ameaça funcionários

Desesperados com a paralisação, o presidente e os vice-presidentes do BB mandaram publicar, na manhã de quinta (25), um boletim pessoal incitando os funcionários a rejeitarem a greve de 24 horas do dia 30. A mensagem pessoal não disfarça seu objetivo autoritário, mandando os funcionários refletirem sobre a atividade convocada pelos sindicatos.

Na sequência, o boletim do banco escancara a ameaça aos sindicatos e funcionários, dizendo que vai combater o direito de greve e de livre manifestação garantidos pela Constituição Federal. Seguindo a atual política da direção do banco, o texto termina truculento, dizendo que o BB não negocia o plano de funções definido pela instituição financeira, sugerindo que os 120 mil funcionários devem calar a boca e aceitar o plano porque ele seria maravilhoso.

“Os bancários e bancárias do BB que quiserem lutar por mudanças na gestão da empresa devem participar da greve da próxima terça-feira 30. Chegou a hora de mostrar aos diretores do BB quem são os verdadeiros responsáveis pelos lucros e pela consolidação do maior banco do país”, destacou o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Rafael Zanon, que também é bancário do BB.

Por que participar da greve

Implantado sem negociação com os trabalhadores, o novo plano de funções é repleto de perversidades. Para um grupo da Direção Geral (DG), o banco mantém o desrespeito à jornada de 6 horas, e ainda exigiu a assinatura, em um “termo

de adesão voluntário”. Para outro, extinguiu a carreira e submeteu os trabalhadores ao “limbo” dos processos seletivos viciados.

A Ditec submeteu 25% dos seus trabalhadores às mesmas regras da DG e obrigou a sua maioria à adequação à jornada de 6 horas com redução salarial. Para um grupo das unidades de apoio e negócios, os cargos estão em extinção, com opção de migração, mas com a redução salarial.

Diante das condições precárias das agências, os bancários BB lotados nessas unidades também devem aderir com força total à greve. “Com tantas metas, cobranças, mensagens e ligações fora do horário de trabalho e transferências unilaterais, os trabalhadores das agências também precisam mostrar unidade neste momento”, afirmou o secretário de Comunicação e Divulgação do Sindicato, Jeferson Meira, que é bancário do Banco do Brasil.

ASSEMBLEIA DIA 29. PARALISAÇÃO DIA 30

Após faltar a audiência sobre demissões, diretor do BB pode ser denunciado por desobediência e obstrução aos trabalhos, diz MPT

Além de capitanear inúmeras práticas ilegais e persecutórias, a diretoria do Banco do Brasil pode estar tentando obstruir os trabalhos do Ministério Público do Trabalho (MPT). A constatação foi feita pelo próprio órgão durante audiência contra as demissões e descomissionamentos sem justo motivo no banco, que seria realizada na quarta-feira (24), na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília. A ausência do diretor de Gestão de Pessoas do banco sem a apresentação de justificativa provocou a suspensão da audiência.

"Considerando a gravidade do que consta nestes autos, objeto de investigação, entende que o MPT, a priori, até que fatos demonstrem contrário, a ausência do senhor Carlos Alberto de Araújo Neto (diretor de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil), configura obstrução aos trabalhos do MP razão pela qual se não apresentar a justificativa em até 5 dias corridos, vencendo na segunda-feira 29/04/2013, será denunciado ao MPF por crime de desobediência e obstrução dos trabalhos do MP",

disse o procurador do Trabalho Adélio Justino Lucas durante a audiência.

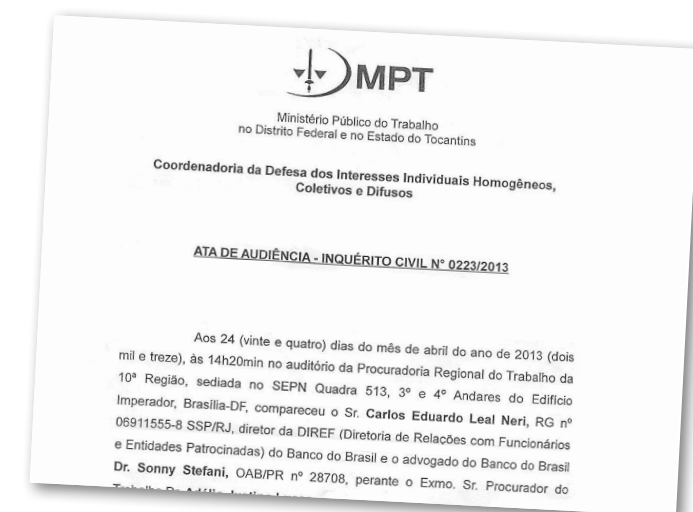
Participaram da audiência representando o Sindicato dos Bancários os diretores Rafael Zanon e Cinthia Damasceno, além do diretor da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CN/CUT) Wescly Queiroz.

Nova audiência foi marcada para o próximo dia 2 de maio, às 14h, na Procuradoria do Trabalho, localizada na 513 norte. A audiência é pública e o Sindicato entende que é importante a presença dos trabalhadores do BB.

Sindicato denunciou as demissões ao MPT

O Sindicato encaminhou denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) contra o Banco do Brasil por conta das recentes demissões por ato de gestão (sem justa causa) promovidas pela instituição financeira.

Após a denúncia, o MPT convocou a entidade em audiência para mais esclarecimentos. Na



ocasião, os representantes do Sindicato reforçaram a denúncia de que o BB está perseguindo, com demissões e descomissionamentos sem justo motivo, bancários que buscam na Justiça o pagamento das 7ª e 8ª horas. Além disso, ressaltaram que o BB está ignorando a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a demissão sem justo motivo em empresas públicas.

O Sindicato informou ao MPT

que essas demissões estão sendo decididas pelo diretor de Gestão de Pessoas (Dipes). O procurador então decidiu convocá-lo para esclarecimentos em nova audiência.

"Além dessas ações no MPT, o Sindicato disponibilizou a todos os demitidos os serviços da sua assessoria jurídica para o encaminhamento dos pedidos de reintegração", afirmou o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Rafael Zanon, que também é bancário do BB.

BB divulga edital para eleição de representante dos bancários no Conselho de Administração

Conquista dos trabalhadores e do movimento sindical, a eleição de representante dos bancários no Conselho de Administração do Banco do Brasil está perto de se tornar realidade. Na segunda (22), o banco publicou edital com todas as informações sobre o pleito.

Pelas regras, o representante será escolhido entre os funcionários e terá mandato de dois anos. Qualquer funcionário da ativa pode se candidatar, com exceção dos que estão em licença interesse. O processo de inscrição dos candidatos

começa no próximo dia 2 de maio.

Os trabalhadores do BB já tiveram um representante no Conselho de Administração no período entre 1993 e 2001, conhecido como Garef (Gabinete do Representante dos Funcionários). A representação foi extinta pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Desde então o funcionalismo vinha reivindicando a retomada do direito de eleger um representante para o Conselho. Em 2010, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou Projeto de Lei, de inicia-

tiva do Poder Executivo, garantindo a participação dos trabalhadores junto aos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Em 19 de dezembro de 2012, a presidenta Dilma Rousseff assinou decreto que altera a composição do Conselho de Administração do Banco do Brasil de forma a permitir a eleição de um representante do funcionalismo para a mais importante instância decisória da instituição financeira federal.

Apesar da reivindicação das

entidades do funcionalismo para a criação de uma assessoria, nos moldes do Garef, a atual direção do BB vetou estrutura auxiliar para o novo conselheiro.

O Conselho de Administração do BB, além do futuro representante do funcionalismo, será composto ainda por dois representantes eleitos pelos acionistas minoritários, por quatro representantes da União (sendo um indicado pelo ministro do Planejamento e três pelo ministro da Fazenda) e pelo presidente do Banco do Brasil.

Bancários denunciam a parlamentares caos no BB e demissão nos bancos privados

Representantes do comando dos bancários reuniram-se na terça-feira 23 com o líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), e com o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP), para discutir os principais problemas da categoria bancária, como as demissões, a rotatividade e a terceirização nos bancos privados e as práticas antissindiais e a absoluta falta de diálogo no Banco do Brasil. Por conta dessa conduta do BB, o funcionalismo marcou greve de 24 horas no dia 30, em todo o país.

Participaram da reunião, realizada na liderança do PT no Senado, em Brasília, o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro; a presidente do Sindicato de São Paulo, Juvandia Moreira; o presidente eleito do Sindicato de Brasília, Eduardo Araújo; e o diretor de Formação da Contraf-CUT, William Mendes, também coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB.

O senador Wellington Dias, empregado da Caixa, e o deputado Ricardo Berzoini, funcionário do BB, anotaram todas as denúncias e assumiram o compromisso de encaminhar as reivindicações dos bancários.

A perversa política antissindical no BB

"Desde 2010, a relação do movimento sindical com o Banco do Brasil só piora", relatou Eduardo



Parlamentares recebem representantes dos trabalhadores em Brasília

Araújo, citando os descomissionamentos de gestores que não cumprem as metas abusivas impostas pela direção, a penalização por meio de transferências para agências com classificação e remuneração menores, os cancelamentos de férias já programadas e 20 demissões sem justa causa em Brasília.

"A relação com o BB é a pior possível. Os bancários não aguentam mais essa situação", confirmou Juvandia, presidente do Sindicato de São Paulo.

"Existe uma falta de diálogo absoluta na relação do BB com o movimento sindical e com os funcionários", acusou William Mendes, acrescentando entre os desmandos da direção do banco alteração unilateral na PLR negociada desde 2005 e a implantação das novas funções comissionadas, também unilateral-

mente, com perdas para os 30 mil funcionários desse segmento.

Os bancários denunciaram a política dos bancos privados de fechar postos de trabalho, apesar dos lucros exorbitantes, e de manter a rotatividade como mecanismo de redução dos salários, como forma de buscar "eficiência" diante da postura correta da presidenta Dilma Rousseff de forçar a queda dos juros e do spread.

"A Contraf-CUT também manifestou aos parlamentares a preocupação com a discussão sobre a terceirização no Congresso Nacional. Para a Confederação, o parecer favorável do deputado Arthur Maia sobre o substitutivo ao Projeto de Lei 4.330/04, de autoria do deputado Roberto Santiago, abre caminho para uma virtual reforma sindical à revelia de mu-

danças constitucionais e pode ensejar uma perversa segmentação da classe trabalhadora entre uma parcela amparada pela legislação e por acordos e convenções coletivas e outra parcela precarizada, cujos direitos se limitarão aos patamares mínimos previstos na CLT.

"Se esse projeto de lei for aprovado, a terceirização será ampliada e oficializada no sistema financeiro, precarizando ainda mais as relações de trabalho. Por isso estamos mobilizando os bancários para se juntarem a outros setores da CUT para combater essa legislação. E queremos o apoio dos parlamentares na luta por emprego decente", alertou Carlos Cordeiro.

Conferência do Sistema Financeiro Nacional

A Contraf-CUT ainda apresentou aos parlamentares a proposta de realização, em 2014, de uma Conferência Nacional para debater o papel dos bancos no Brasil.

"Entendemos que o Sistema Financeiro que o país necessita deve ser controlado democraticamente pela sociedade e direcionado, efetivamente, ao desenvolvimento do país e aos interesses da sociedade, como prevê o Artigo 192 da Constituição Federal", concluiu Carlos Cordeiro.

Depois de problemas e denúncia do Sindicato, BB suspende novo sistema de RH

O sistema de recursos humanos do Banco do Brasil voltou ao SISBB, contrariando "ordens superiores"

A implantação unilateral do novo sistema de recursos humanos do Banco do Brasil, o SAP-ERP, foi um fracasso. Funcionários não conseguiram acessar o ponto, homologar

aposentadoria, receber as férias e serem reintegrados em comissões. Os empréstimos da Previ foram suspensos. Um caos.

Após denúncia pública do Sindicato dos Bancários de Brasília,

o BB decidiu reativar o antigo sistema, muito eficiente por sinal.

"A decisão de implantação desse sistema foi encaminhada pela Diretoria de Gestão de Pessoas (Dipes). Será que o respon-

sável por essa lambança vai responder a pedido de informação?", indagou o secretário de Comunicação e Divulgação do Sindicato, Jeferson Meira, que é bancário do BB.

Participação dos trabalhadores na gestão foi fundamental para o bom resultado da Previ

Por Rafael Zanon*

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), por meio dos diretores e conselheiros, está visitando o Brasil para apresentar os resultados de 2012 para os associados. Os números da Previ no ano de 2012 impressionam pelo atingimento das metas em ambos os planos e pelo superávit no Plano 1, mesmo diante da conjuntura altamente desfavorável da economia mundial e da bolsa de valores. Assim, fica cada vez mais evidente que a Previ é administrada de maneira eficiente. Têm sido de fundamental importância a contribuição dos funcionários do Banco do Brasil e a participação dos representantes eleitos pelos associados trabalhando nos órgãos diretivos (diretoria e conselhos) em prol da Previ.

Previ Futuro

O Plano Previ Futuro atingirá R\$ 4 bilhões de patrimônio ainda no primeiro semestre de 2013. Os resultados de 2012, apresentados em várias capitais pela direção da Previ, foram considerados positivos. A meta foi alcançada, mesmo com as dificuldades observadas no mercado financeiro.

A diminuição dos juros atuais foi realizada pelo conselho deliberativo, iniciando o caminho para adequar a Previ às metas do órgão regulador e protegendo os mais de 70 mil associados do plano.

Os investimentos imobiliários também tiveram um incremento, ajudando no crescimento da rentabilidade dos ativos.

BET

Os associados do Plano 1 devem se preparar para o fim dos fundos previdenciários que ga-



O conselheiro deliberativo eleito da Previ Rafael Zanon durante apresentação dos resultados do fundo de pensão

rantem o Benefício Extraordinário Temporário (BET). Foi conquistado em 2011 o benefício com a distribuição do superávit acumulado entre os anos de 2008 e 2010, que contempla associados da ativa e aposentados.

Para os funcionários da ativa, o depósito de 20% por mês do valor do cálculo do benefício normal vai para a conta do participante, que poderá sacar o montante acumulado no momento da aposentadoria. Para o aposentado, esse benefício é pago todo mês.

Muitos colegas já incorporaram esse valor aos seus gastos ordinários, mesmo sabendo que o benefício tem data para acabar.

Os eleitos vão lutar pela manutenção do benefício pelo maior tempo possível, mas como existe a dependência dos resultados da bolsa de valores, tudo pode acontecer. A certeza é que o benefício será pago durante todo o ano de 2013.

Por isso, é importante que os aposentados tratem o benefício

como temporário, separando-o de suas contas cotidianas e fixas.

Desde a distribuição do superávit de 2007, foram formados fundos dentro da Previ que estão vertendo as contribuições para as reservas matemáticas. Assim, os associados do Plano 1 não desembolsam as contribuições desde então. Esses fundos também têm caráter temporário e, ao final de seus recursos, o patrocinador e o participante devem voltar a fazer o aporte contributivo.

No ano de 2013, as contribuições continuarão suspensas. O resultado da Previ do final deste ano definirá se as contribuições continuarão ou não suspensas.

Reserva especial

A cada três anos de superávit, a legislação determina sua distribuição. A Previ, com o superávit de R\$ 27 bilhões alcançado no final de 2012, completou esse ciclo. Tem que distribuir o excedente da reserva de contingência, que

deve ser de 25% do patrimônio do fundo. Portanto, dos R\$ 27 bilhões de superávit, R\$ 26 bilhões são reserva de contingência. Assim, R\$ 1 bilhão sobra e deve ser distribuído.

A última distribuição do superávit, em 2010, foi decidida após consulta aos associados, e mais de 90% dos votantes decidiram pela instauração do Benefício Extraordinário Temporário, o BET. O processo de consulta aos associados aconteceu depois de intenso processo negocial entre as entidades representativas do funcionalismo e o BB, que chegaram ao esboço da proposta aceita pelos associados.

Mais uma negociação deverá ser realizada, para a distribuição da reserva especial de R\$ 1 bilhão. As entidades representativas dos trabalhadores já iniciaram processo de debate sobre como deverá ser a destinação do superávit.

**Rafael Zanon é conselheiro deliberativo eleito da Previ e diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília*